

**INTERNATIONAL CONFERENCE: RETHINKING  
THE STATE IN GLOBALIZED CAPITALISM  
(INCT/PPED, Rio de Janeiro | 21-23 March  
2018 | Colégio Brasileiro de Alto Estudos/UFRJ)**

**FIRST SESSION - Mapping the terrain 1: Geo-political  
shifts, Political Coalitions – Searching for feasible State  
Strategies**

**Capitalist Development, Crisis, and the State in Brazil**

Renato Raul Boschi (IESP/UERJ e INCT/PPED)

Carlos Eduardo Santos Pinho (INCT/PPED)

## Capitalist Development, Crisis, and the State in Brazil

Renato Raul Boschi<sup>1</sup> e Carlos Eduardo Santos Pinho<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa analisa a trajetória recente de desenvolvimento capitalista brasileiro, salientando a crise da *variedade de capitalismo coordenada, democratizante e regulamentada pelo Estado* (2003-2016) e sua posterior *metamorfose* em uma *variedade de capitalismo ultraliberal, autoritária e desregulamentada* (2016- em curso), que vem desarticulando a rede de proteção social, o arcabouço institucional de políticas públicas e debilitando a natureza do regime político democrático no Brasil. Ao contrastar esses dois períodos recentes, é possível destacar o papel do Estado; no primeiro caso desempenhando um papel ativo nas políticas sociais e no desenvolvimento, e no segundo; a atual desconstrução do papel intervencionista do Estado. A singularidade desta última modalidade liberal e antidemocrática de capitalismo é o fato de ser encabeçada por um governo que chegou à institucionalidade política por meio de um golpe parlamentar revestido de legalidade democrática. A coalizão conservadora do governo golpista, sem o crivo da soberania popular outorgado pelo voto e sem dialogar com a sociedade brasileira via instâncias deliberativas e participativas, aprofunda o ajuste fiscal iniciado por Dilma Rousseff, no limiar de 2015, deteriora as condições de vida dos pobres e torna o capitalismo financeiro impermeável às pressões da democracia política enquanto democracia representativa de massas, vitimadas pelas políticas de constitucionalização da austeridade fiscal.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Variedades de Capitalismo; Austeridade Fiscal; Democracia; Golpe Parlamentar; Brasil.

**Abstract:** The research analyzes the recent trajectory of Brazilian capitalist development, highlighting the crisis of the variety of coordinated, democratizing and state-regulated capitalism (2003-2016) and its subsequent metamorphosis into a variety of ultraliberal, authoritarian and deregulated capitalism (2016 on) which has been dismantling the social protection network, the institutional framework of public policies and weakening the nature of the democratic political regime in Brazil. By contrasting these two recent periods it is possible to highlight the role of the state, in the first case playing an active role in social policies and development, and in the second the actual deconstruction of the state's interventionist role. The singularity of this last liberal and undemocratic mode of capitalism is the fact that it is headed by a government that came to political institutions through a parliamentary coup clothed with democratic legality. The conservative coalition of the post-coup government, deprived from the popular sovereignty granted by

---

<sup>1</sup> Professor/Pesquisador de Ciência Política do IESP/UERJ (antigo IUPERJ) e Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED). E-mail: [rboschi@iesp.uerj.br](mailto:rboschi@iesp.uerj.br)

<sup>2</sup> Pós-Doutorando do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED); Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP-UENF); Doutor e Mestre em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Foi pesquisador da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV). Entre 2012 até o segundo semestre de 2017, ministrou disciplinas na graduação e na pós-graduação em instituições de excelência, como o DCP-UFRJ, UNIRIO, PPGSP-UENF, PPGCP-IESP/UERJ e GCP-UFF. E-mail: [cpinho19@gmail.com](mailto:cpinho19@gmail.com)

the vote and without dialogue with Brazilian society through deliberative and participatory forums, deepens the fiscal adjustment initiated by Dilma Rousseff, on the threshold of 2015, deteriorating the living standards of the poor and making financial capitalism even more impervious to the pressures of democracy as a representative democracy of the masses, victimized by the policies of constitutionalisation of fiscal austerity.

**Keywords:** Development; Varieties of Capitalism; Fiscal Austerity; Democracy; Parliamentary coup; Brazil.

## 1. Introdução

De 2003 a 2014, o Brasil passou por um ciclo de inclusão social sem precedentes alicerçado no intervencionismo estatal propiciador do crescimento econômico amalgamado à redistribuição de renda e à instauração (inérita) de um mercado doméstico de consumo de massas. Todavia, de 2014 em diante, uma miríade de fatores políticos, econômicos e sociais convergiram para o esgotamento deste modelo de desenvolvimento, o que vem possibilitando uma (violenta) transição da *variedade de capitalismo coordenada, democrática e regulada pelo Estado* (BOSCHI, 2011, 2014; HALL e SOSKICE, 2001) para uma *variedade de capitalismo ultraliberal, antidemocrática, desregulamentada e fundamentada na desproteção social*.

Com a emergência do golpe parlamentar travestido de legalidade democrática que interrompeu o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2016), o governo de Michel Temer e sua coalizão reacionária – da qual é submisso ao fornecer cargos, prebendas e emendas parlamentares como mecanismos de patronagem para aprovação das reformas - vêm instaurando o primado da austeridade fiscal no Brasil com uma celeridade outrora nunca vista. De acordo com os diagnósticos conservadores, o crescimento da renda e a expansão do consumo das camadas populares seriam desastrosos para a *estabilidade produtiva da democracia* (SANTOS, 2017, p. 108).

A atual agenda de políticas pró-mercado atribui aos gastos sociais a responsabilidade pela aceleração da dívida pública, da crise fiscal e da eventual insolvência do Estado brasileiro. Daí deriva, por parte dos arautos da austeridade encastelados na burocracia econômica do governo parlamentar, *a defesa sistemática e intransigente da ruptura do contrato social civilizatório alicerçado na Carta Magna de 1988 e de seu arcabouço de políticas de previdência social, saúde e seguridade social*, que é constantemente veiculada na grande imprensa conservadora e monopolista. Seguindo esta tendência depreciativa com relação ao gasto social público, o que configura uma ingerência exógena no modo como a política macroeconômica do Brasil deve ser operacionalizada, o recente relatório publicado pelo Banco Mundial assevera o seguinte: “Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil observou um consistente aumento dos gastos públicos, o que agora coloca em risco a sustentabilidade fiscal (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 7)”. Bem assim, o documento afirma que: “Em dezembro de 2016, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que introduziu um limite para as despesas primárias federais (o teto de gastos), o que forçará o Brasil a continuamente priorizar suas despesas federais (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 30)”.

Segundo o “Panorama Social da América Latina 2017”, documento divulgado pela CEPAL, os níveis de pobreza e de extrema pobreza aumentaram na América Latina como média regional em 2015 e 2016, após mais de uma década de redução na maioria dos países, embora em 2017 se mantenham estáveis. A incidência da pobreza e da extrema

pobreza é mais elevada entre meninos e meninas, adolescentes, jovens, mulheres e a população que mora em áreas rurais. Em 2016, a pobreza afetava 46,7% das crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos e a extrema pobreza 17%. No caso dos jovens de 15 a 29 anos esses números eram de 31,1% e 9,5%, respectivamente. De acordo com o documento, entre 2000 e 2014 ampliou-se a base contributiva dos sistemas de previdência na América Latina: a porcentagem da população economicamente ativa que contribui para um sistema de previdência passou de 36,9% para 47,8%. Isso equivale à incorporação de quase 60 milhões de pessoas aos sistemas contributivos e está associado à evolução positiva dos mercados de trabalho no período (especialmente a diminuição do desemprego e o aumento dos níveis de ocupação, formalização e renda do trabalho), assim como a implementação de estratégias para ampliar a cobertura dos sistemas de previdência social em alguns países. Apesar disso, estima-se que 142 milhões de pessoas economicamente ativas ainda não estão cobertas. A proporção de trabalhadores que continua desprotegida é mais elevada nas zonas rurais, entre as pessoas com menos escolaridade e nos setores de menor produtividade. Distintamente do relatório do Banco Mundial mencionado acima, a CEPAL defende o fortalecimento das políticas de mercado de trabalho e de proteção social, mais ainda em períodos de baixo crescimento econômico, e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a partir de uma mudança estrutural progressiva (CEPAL, 20/12/2017).

As medidas conducentes à radicalização do neoliberalismo abarcam a Reforma da Legislação Trabalhista, a Lei de Terceirização, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (Emenda Constitucional N. 95/2016), a Reforma da Previdência, dentre outras. O objetivo deste paper é investigar a economia política da crise no Brasil contemporâneo, salientando os elementos que conduziram à derrocada do *Novo Desenvolvimentismo Democrático* (PINHO, 2015, 2016, 2017a), o surgimento do golpe parlamentar que usurpou a soberania popular – cuja maior expressão é o voto -, a implementação das medidas de austeridade pelo governo usurpador e a degeneração, desde 2014, dos indicadores sociais (emprego, renda, pobreza), outrora exitosos. Decerto que o cenário da globalização impôs condições à gestão fiscal dos Estados Nacionais, tendo em vista que a lógica financeira determinou a subordinação da política fiscal à política monetária (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017). Evidentemente que o Brasil não foge a esta regra!

A hipótese desta pesquisa é que a *variedade de capitalismo de Estado* no Brasil (2003-2016), alicerçada na regulamentação das relações capital/trabalho, na institucionalização e na democratização das políticas de proteção social, sucumbiu quando da rendição do governo Dilma Rousseff (2011-2016) às pressões do mercado financeiro para levar a efeito a implementação do ajuste fiscal, no limiar de 2015. As medidas de austeridade vêm sendo aprofundadas pelo governo parlamentar de Michel Temer, com impactos sociais catastróficos em termos de aumento da informalidade, da pobreza e da precarização das relações de trabalho. Ademais, para além de escrutinar as relações promíscuas e patrimonialistas entre o Estado brasileiro e o Mercado, as ações da Operação Lava-Jato conduziram à deterioração do regime produtivo, ao agravamento da crise econômica e ao crescimento do desemprego, haja vista o intenso movimento de espetacularização e criminalização midiática do setor produtivo, particularmente a construção naval e as empreiteiras de obras públicas, intensivas em mão de obra. Certamente que os agentes públicos e privados envolvidos em casos de corrupção devem ser punidos, mas não ao custo da anomia da economia brasileira e da exacerbação das taxas de desemprego.

As questões que norteiam esta pesquisa são as seguintes: Como a *variedade de capitalismo coordenada, democrática e regulada pelo Estado* (2003-2016) vem transmutando-se em uma *variedade de capitalismo (radicalmente) liberal, autoritária e*

*desregulamentada* (2016-em curso)? Como a coalizão financeira e improdutivo, atrelada aos interesses do capitalismo corporativo global, e que auferiu vultosos lucros via elevação da taxa Selic, paralisou a economia, endividou parcela expressiva da população, obliterou investimentos estratégicos em infraestrutura bem como o fortalecimento de políticas públicas sociais (saneamento básico, segurança pública, habitação, educação, saúde, previdência e assistência social)? Quais os impactos da Operação Lava-Jato no sentido de desnudar as relações Estado/Mercado e como ela contribuiu para devastar o regime produtivo, agravar a recessão e alavancar o desemprego?

Metodologicamente, no âmbito do esgotamento do ciclo dos governos de centro-esquerda do PT, da maior crise fiscal que acomete o Estado brasileiro e da constitucionalização da austeridade fiscal, esta pesquisa está teoricamente embasada e empiricamente fundamentada. Assim, empreende um esforço de diálogo atualizado com a literatura nacional e internacional de Ciência Política, Economia, Economia Política e Políticas Sociais. Ademais, mobiliza dados empíricos de jornais de grande circulação nacional e de instituições governamentais do Brasil e do exterior (Banco Mundial, CEPAL, IBGE, Instituição Fiscal Independente/IFI, IPEA) no sentido de comprovar a nossa hipótese de pesquisa.

Além desta breve introdução, o trabalho está dividido em três seções. A segunda seção investiga a origem, os êxitos e o declínio da estratégia de desenvolvimento ancorada no crescimento econômico com redistribuição de renda e inclusão social das massas populares historicamente excluídas do paradigma elitista de desenvolvimento capitalista brasileiro. Acima de tudo, mostra-se como o Brasil está aprisionado à dinâmica perversa da dívida pública e dos interesses imediatistas da aristocracia financeira, que paralisam a economia, promovem o endividamento do contingente majoritário da população, obstam investimentos estratégicos em políticas públicas, geram desemprego, informalidade e deterioram os indicadores sociais. A terceira seção examina as medidas de austeridade implementadas pelo governo parlamentar imerso em denúncias de corrupção de Michel Temer, que blindam o capital financeiro – cada vez mais enraizado, estruturado e politicamente organizado – contra os interesses da democracia enquanto democracia representativa de massas e em nome de um mercado (que se pretende) autorregulável (DOWBOR, 2017; STREECK, 2013; FLEURY e PINHO, 2018; POLANYI, 2000). O ajuste fiscal aprofundado pelo atual presidente, que conta com uma ampla coalizão congressual e com o Ministro da Fazenda Henrique Meireles, ex-presidente do BankBoston, vem aumentando a pobreza extrema, a informalidade e colocando o Brasil em sério risco de voltar a integrar o Mapa da Fome mundial. O Brasil atual mostra que a austeridade não é apenas o preço da salvação dos bancos. Trata-se do preço que os bancos querem que alguém pague (BLYTH, 2017, p. 29). A quarta e última seção realiza as considerações finais da pesquisa.

## **2. Estratégia de desenvolvimento com inclusão social: gênese, potencialidades e crise**

A partir de 2003, com a chegada ao poder da coalizão governativa liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário nordestino, que enfrentou o flagelo da fome e líder de um partido de bases sindicais e trabalhistas, instaurou-se um ciclo inédito de crescimento econômico, redistribuição de renda, criação de um mercado interno de consumo de massas e incorporação social de vastos segmentos populares ao corpo político da Nação. Há que se salientar que, a chegada ao poder, pela primeira vez na História do Brasil, de uma agremiação política de centro-esquerda, ocorreu nos marcos da globalização financeira e, portanto, diante das pressões e do terrorismo vaticinado pelos investidores especulativos, temerosos pela aceleração da inflação, da dívida pública e pelo descontrole fiscal. Decerto que a coalizão de centro-esquerda contestou os

“quadros de referência” (BECKER, 2007, 2009) das elites político-econômicas dos anos 1990, alicerçadas nas medidas de privatização do patrimônio público pelos circuitos do capitalismo internacional, de abertura comercial e de desregulamentação financeira. Ademais, convém apontar que, na década de 2000, o boom das exportações de commodities<sup>3</sup> para o imenso mercado de consumo da China, as exportações industriais para a América do Sul, a farta disponibilidade de crédito barato convergiram para alavancar não somente a economia do Brasil, mas também dos países da América Latina governados por coalizões progressistas, como Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela (BOSCHI e GAITÁN, 2008ab; 2012; PINHO, 2016; 2017a).

Tendo em vista o fracasso das políticas neoliberais dos anos 1990, a *dimensão social* do desenvolvimento foi alçada a um patamar elevado e constituiu uma prioridade estratégica das políticas públicas, ainda que a coalizão incumbente coadunasse o intervencionismo estatal, típico legado institucional do Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1980), com a necessidade de empreender políticas de estabilização monetária e austeridade fiscal. Ao menos até o final do seu primeiro mandato, o governo Lula foi aquiescente à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000) e a tríade macroeconômica ortodoxa (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário a fim de pagar os vultosos juros da dívida pública). Os resultados da adoção da política macroeconômica austera foram incipientes do ponto de vista da queda da informalidade, do aumento do emprego e da renda dos mais pobres, por mais que a inflação tenha sido reduzida. Portanto, no âmago do governo, isso gerou um embate entre os economistas signatários das políticas de arrocho fiscal e monetários, por um lado; e os economistas partidários das medidas desenvolvimentistas, por outro lado. A controvérsia fora vencida mediante a demissão de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda e a ascensão de Guido Mantega a este posto, bem como a nomeação de Dilma Rousseff à Casa Civil da Presidência da República, evidenciando uma remodelação do núcleo central da burocracia econômica rumo à implementação de políticas heterodoxas, desenvolvimentistas e anticíclicas (BOSCHI, e GAITÁN, 2008a; DINIZ e BOSCHI, 2013; PINHO, 2016; 2017a).

A economia brasileira teve um desempenho sem precedentes entre 2004 e meados de 2008 na comparação com os anos 1980 e 1990, com uma taxa de crescimento média de 4,8% ao ano. Durante esse boom que precedeu a crise financeira internacional, o principal motor do crescimento foi o consumo doméstico (que responde pela maior parcela do PIB brasileiro, cerca de 60%). Outra novidade deste período foi o crescimento contínuo do crédito para as famílias e empresas. Todavia, com a chegada da crise internacional em setembro de 2008, tanto a apreciação cambial como o boom de crédito foram revertidos. O governo respondeu ao efeito-contágio dessa crise com uma série de iniciativas anticíclicas, destacando-se as seguintes: (1) o Banco Central do Brasil (BCB) adotou medidas para ampliar a liquidez no mercado interbancário; (2) o BCB interveio nos mercados de câmbio para ampliar a liquidez em moeda estrangeira; (3) os bancos públicos expandiram suas operações de crédito diante da forte desaceleração da oferta de crédito pelos bancos privados; e (4) o Ministério da Fazenda adotou medidas fiscais para estimular a demanda agregada (BARBOSA, 2010; PAULA; MODENESI; PIRES, 2015 apud PRATES; FRITZ e PAULA, 2017).

---

<sup>3</sup> O boom das commodities expandiu sistematicamente a demanda por emprego em parte dos mandatos de Lula e Dilma, bem como afetou positivamente a capacidade de barganha de diferentes categorias ocupacionais nas negociações salariais. Além disto, as mudanças demográficas desaceleraram a oferta de trabalho. Em suma, a trajetória da desigualdade de renda no período 1985-2015 foi afetada por fatores externos às políticas, mas também pelo desenho das políticas de transferência de renda e, principalmente, pelo comportamento do mercado de trabalho. Cabe ressaltar que os maiores ganhos relativos de renda foram obtidos nos governos Lula (ARRETICHE, 2018).

A coalizão desenvolvimentista implementou políticas industriais, de fomento ao empresariado produtivo e de injeção de recursos do Tesouro em agências de financiamento como o BNDES, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Concomitantemente a essas iniciativas, foram executadas políticas públicas deliberadas de proteção social, como a valorização do salário mínimo, aposentadorias, seguro-desemprego, transferências governamentais para idosos e deficientes (Benefício de Prestação Continuada, Renda Mensal Vitalícia) e instituído o Bolsa Família enquanto o maior programa de transferência de renda do mundo, que beneficiou aproximadamente 14 milhões de famílias. Ainda que conjugando uma *dupla institucionalidade* na política social, ao mesclar políticas universais (saúde, educação, previdência e assistência social) com políticas focalizadas e não-constitucionalizadas (Bolsa Família), o governo Lula materializou as premissas socialdemocratas da Constituição Federal de 1988. Os exemplos paradigmáticos foram a ampliação da renda das camadas populares conjugada ao maior acesso a serviços públicos e à instauração de um mercado doméstico de consumo de massas como elemento propulsor do desenvolvimento. Trata-se de uma inflexão com relação à trajetória excludente do desenvolvimento capitalista brasileiro, cujas evidências empíricas estão presentes tanto no Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985) como nas Reformas Orientadas para o Mercado (1990-2002) (ARRETCHE, 2018; FLEURY, 2008, 2014; FLEURY e PINHO, 2018; LANZARA e CANTU, 2016; NETO e SANTOS, 2013; PINHO, 2016, 2017a, 2015).

De acordo com Marta Arretche, a desigualdade econômica foi reduzida sob o regime democrático contemporâneo - se observarmos o período 1985-2015. Esta redução é explicada por um mecanismo de inclusão dos *outsiders*, derivado de uma mudança paradigmática nos pilares do modelo conservador de política social adotado no Brasil desde Getúlio Vargas nos anos 1930. Por inclusão dos *outsiders*, a autora concebe a incorporação à titularidade de direitos de aposentadoria, saúde e educação. O mecanismo de inclusão dos *outsiders* se desdobrou em duas fases distintas. A primeira resulta da conjuntura crítica da transição para a democracia. Dela emerge o capítulo social da Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>, que vinculou aposentadorias não contributivas ao valor do salário mínimo bem como constitucionalizou os sistemas universais e gratuitos de saúde e educação. A segunda fase é resultado de mudanças endógenas associadas à criação de categorias de beneficiários destas políticas (*policies*). As elevadas taxas de participação eleitoral dos mais pobres combinadas à constitucionalização dos direitos sociais converteram os beneficiários destas políticas, situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição da renda, em eleitores interessados na expansão das políticas que os favorecem (ARRETCHE, 2018).

Para a redução da desigualdade de renda, as transferências governamentais - de caráter contributivo e não-contributivo - bem como os ganhos salariais vinculados ao salário mínimo tiveram maior impacto, seja porque alcançaram um número crescente de beneficiários, seja devido à sua valorização. O número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, benefício assistencial de caráter não-contributivo vinculado ao salário mínimo, passou de 346,2 mil em 1996, quando foi implantado, para 4,2 milhões em 2015 (ARAÚJO e FLORES, 2017 apud ARRETCHE, 2018). O número de trabalhadores formais ganhando um salário mínimo aumentou de 2,5 milhões para 15 milhões, de 1995 para 2014. Somados, os benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo atingiram um número crescente no mesmo período: de 10 milhões para 20 milhões de beneficiários. Sob os governos do Partido dos Trabalhadores

---

<sup>4</sup> As políticas criadas pela Constituição Federal de 1988 criaram categorias concentradas de beneficiários, com alta probabilidade de participação eleitoral, e, portanto, com potencial de ser decisivo em uma eleição majoritária (ARRETCHE, 2018).

(Presidente Lula, 2003-2006 e 2007-2010, e Dilma Rousseff, 2011-2016), ocorreu a maior redução da desigualdade de renda em favor dos mais pobres do período democrático, bem como uma expansão importante do acesso aos serviços de saúde e educação (ARRETCHE, 2018).

Não obstante, as conquistas sociais do governo Lula ocorreram sem conflito distributivo e sem enfrentar a estrutura tributária fortemente regressiva que penaliza os mais pobres e a classe média. Paralelamente à inclusão (pioneira) dos pobres no “orçamento do Estado brasileiro” foram criados mecanismos de intermediação de interesses e de concertação que inseriram as demandas dos trabalhadores e sindicatos na agenda pública e nos processos decisórios concernentes ao funcionamento da variedade de capitalismo de Estado no Brasil. Isso engendrou o que Renato Boschi chama de “corporativismo societário” (BOSCHI, 2014, 2010), em franca oposição ao primado do “corporativismo estatal” (BOSCHI e DINIZ, 1991), que consubstanciou a “cidadania regulada” (SANTOS, 1979) por meio regulamentação da legislação trabalhista nos anos 1930, para o operariado urbano, mas marginalizou este segmento dos centros de tomada de decisão. Conforme será analisado na próxima seção deste trabalho, a estrutura corporativa herdada da Era Vargas vem sendo ferida de forma letal pelas reformas ultraliberais do governo Michel Temer, que acendeu à institucionalidade do Executivo mediante um golpe parlamentar revestido de carapaça democrática, e que conta com uma coalizão conservadora no Congresso, composta majoritariamente por empresários, latifundiários, evangélicos e militares financiados por interesses corporativos.

Após ser bem-sucedido na adoção de políticas anticíclicas para contrarrestar os efeitos adversos da *crise financeira sistêmica global de 2008*, de origem fundamentalmente exógena, especulativa e fruto da desregulamentação do mercado financeiro dos EUA (PINHO, 2012), o Brasil cresceu a uma taxa de 7,5% em 2010 e o governo Lula conseguiu eleger a sua sucessora Dilma Rousseff. Esta, por sua vez, ainda que iniciando o seu mandato nos marcos da ortodoxia convencional, empreendeu uma mudança de rota na política macroeconômica, no segundo semestre de 2011. Assim, em consonância com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a presidente instituiu, em 2012, a *Nova Matriz Econômica* devotada a estimular a economia a partir de um aumento nos investimentos produtivos em contraposição a “era do ganho fácil e sem risco” do sistema financeiro volátil e não produtivo. Em contraposição à tendência de financeirização da economia brasileira, lastreada em ganhos de curto prazo, o governo esperava impulsionar os investimentos do setor privado com concessões tributárias e crédito subsidiado, congelamento nominal de tarifas públicas relevantes (energia e gasolina), redução do superávit primário, concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, queda do Imposto sobre Operações financeiras (IOF) para as linhas de crédito ao consumidor, redução dos *spreads* bancários e juros mais baixos. Mas todos esses agrados à indústria brasileira foram em vão. Na esperança de que isso trouxesse o setor industrial para o seu lado, o governo confrontou os bancos privados ao forçá-los a reduzirem as taxas de juros, diminuiu as tarifas nos bancos públicos (Caixa Econômica e Banco do Brasil) de modo a aumentar a competitividade, contrariando significativamente os interesses da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) brevemente expressou satisfação perante as medidas, para logo depois pendurar bandeiras de apoio aos manifestantes anti-estatistas de Junho de 2013 e 2015. Os industriais ficaram felizes ao colher os frutos de altos rendimentos durante o período de crescimento elevado do governo Lula, no qual virtualmente cada grupo social viu a sua posição melhorar. Todavia, rebelaram-se contra o governo Dilma, afirmando que a presidente e sua equipe avançaram o sinal sobre regras básicas do capitalismo, dando um tom mais “estatizante” e “intervencionista” à condução da economia. Portanto, a mudança



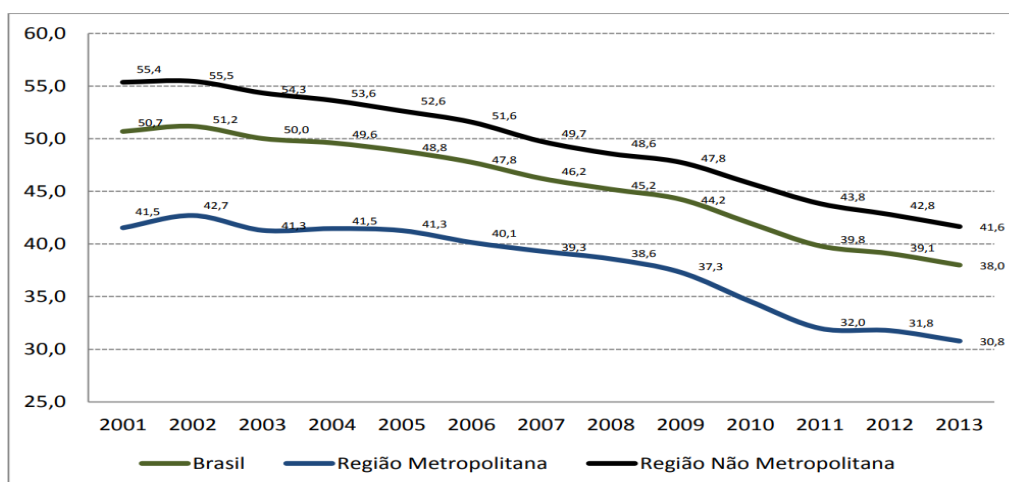
do cenário econômico depois da crise financeira global de 2008 dificultou a conciliação dos interesses de diferentes frações da burguesia e as reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para reforçar tanto a desaceleração cíclica quanto o descontentamento empresarial (ANDERSON, 23/04/2016; BASTOS, 2017; MANTEGA, 19/12/2012; PRATES; FRITZ e PAULA, 2017; MODENESI e PIRES, 2015; VALOR ECONÔMICO, 17/12/2012; 15/04/2016).

No segundo trimestre de 2013, a *Nova Matriz Econômica* começou a ser desmontada no âmbito monetário e cambial: em abril, o BCB voltou a aumentar gradual e continuamente a meta da taxa de juros básica; e, em junho, as regulações sobre os fluxos de capitais e os derivativos cambiais foram retiradas, diante da deterioração das condições de liquidez internacional após a sinalização do Federal Reserve (Fed) de que iniciaria o desmonte da política de afrouxamento quantitativo no segundo semestre daquele ano (o chamado tapering). Contudo, ao mesmo tempo, o governo brasileiro ampliou ainda mais as isenções fiscais e tentou intensificar o investimento em infraestrutura. Além disso, diante dos efeitos negativos da queda dos preços do petróleo e da Operação Lava-Jato, já em 2014, a Petrobras reduziu seus investimentos, com forte impacto na taxa de investimento da economia (AFONSO e FAJARDO, 2015 apud PRATES; FRITZ e PAULA, 2017). Comparadas com as políticas lançadas para combater o efeito-contágio da crise financeira internacional, as políticas fiscais anticíclicas implementadas em 2012-2014, ancoradas em isenções fiscais em vez de gastos públicos, foram muito limitadas, com pequeno impacto agregado na produção e no emprego. O mesmo se aplica ao investimento público, que foi significativamente mais elevado em 2006-2010 (PRATES; FRITZ e PAULA, 2017).

Apesar do aguçamento do conflito distributivo, ao final do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, o Brasil atingiu a situação de praticamente pleno emprego, em virtude da formalização/regulamentação do mercado de trabalho e do fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores junto ao patronato, o que convergiu para o incremento da massa salarial e da arrecadação da Previdência Social (PINHO, 2016). Neste sentido, na literatura da economia política do Brasil contemporâneo, há autores que caracterizam o experimento governamental de Lula da Silva e Dilma Rousseff como atinentes ao “Neodesenvolvimentismo” (BOSCHI e GAITÁN, 2013), “Novo Desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2016), “Novo Desenvolvimentismo Democrático” (PINHO, 2016; 2017), “Capitalismo de Estado Neocorporativista” (COSTA, 2016), “Desenvolvimentismo Distributivo Orientado pelo Estado” (BASTOS, 2012), dentre outros. Apesar das especificidades em termos de abordagem teórico-conceitual e de formulação da política macroeconômica, o elemento de convergência que aglutina esta rica literatura é *a capacidade indutora do Estado para alavancar a promoção de políticas públicas estratégicas que têm como componente inovador a inclusão, ao corpo político nacional, das camadas historicamente excluídas do padrão intrinsecamente elitista de desenvolvimento capitalista brasileiro.*

Os dados empíricos arrolados (Gráfico 1) mostram que o grau de informalidade apresenta uma trajetória decrescente desde 2003. Cabe salientar que tanto as regiões metropolitanas como as não-metropolitanas testemunharam redução das taxas de informalidade e que as primeiras apresentam um menor nível de informalidade (IPEA, 2014).

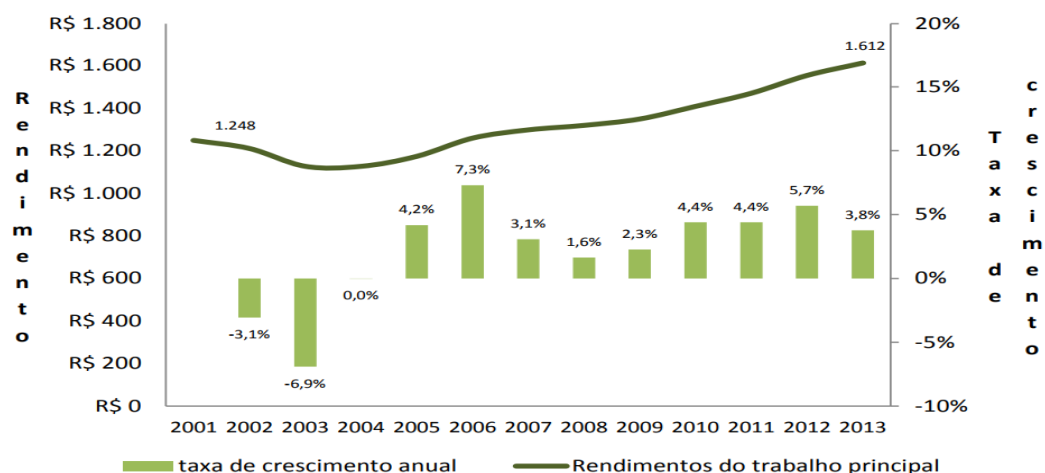
**Gráfico 1. Evolução do grau de informalidade - Brasil, regiões metropolitanas e não metropolitanas (%)**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA.

O gráfico abaixo mostra a tendência de alta do rendimento real do trabalho iniciada em 2004. Esse aumento nos rendimentos reais não se deu somente para grupos específicos de trabalhadores. No entanto, as taxas de crescimento foram heterogêneas entre os grupos, especialmente quando se compara o ano de 2013 com a (média) da década de 2000. *Os grupos cujos rendimentos mais se elevaram nesta comparação foram as mulheres (34,1%), os pardos (42,7%), os jovens (38%), os com mais baixa escolaridade (46,2%), os empregados sem carteira assinada (43,3%) e os que vivem na região Nordeste (41,5%).* Vários fatores contribuíram para o crescimento do rendimento desses grupos, incluindo mudanças demográficas, melhorias na qualificação do trabalhador (especialmente na escolaridade) e no perfil da demanda por trabalho (IPEA, 2014).

**Gráfico 2. Evolução do rendimento médio real do trabalho principal (base: Set./2013)**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA.

Em janeiro de 2015, com o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a política econômica sofreu uma forte guinada com a adoção de uma postura mais ortodoxa. O principal objetivo era implementar o ajuste fiscal, ancorado em cortes do gasto público, o qual seria fundamental para retomar a confiança dos agentes privados, entendida como pré-condição para a recuperação econômica. Para tanto, o governo brasileiro comprometeu-se com um superávit fiscal primário de 1,2% do PIB, implementando um conjunto de medidas para reduzir gastos públicos (principalmente mediante contingenciamento do orçamento), reajustando os preços monitorados (energia e petróleo), enquanto o BCB aumentou ainda mais a meta da taxa básica de juros (de 10,92% ao ano, em outubro de 2014, para 14,14% ao ano em agosto de 2015). Devido à forte desvalorização em 2015, o BCB teve que intervir no mercado de câmbio para reduzir a volatilidade e oferecer cobertura cambial para agentes privados, com o uso de operações de swaps. Os esforços de ajuste fiscal foram praticamente inócuos diante da forte queda das receitas fiscais em 2015, o que exigiu na revisão das metas fiscais pelo Ministério da Fazenda. Devido à recessão e ao aumento dos pagamentos de juros, o déficit nominal aumentou ainda mais. A dívida pública líquida sobre o PIB, que registou seu patamar mais baixo em 2013 (30,5%), voltou a crescer abruptamente (para 46% PIB em 2016). A dívida bruta sobre o PIB aumentou, por sua vez, de 51,5% para 69,6% no mesmo período. Isto significa que os ativos do governo (principalmente, reservas cambiais e empréstimos a bancos públicos) reduziram em termos relativos, ao contrário do período 2010-2014, quando aumentaram significativamente (PRATES; FRITZ e PAULA, 2017).

No limiar de 2016, o então novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou sua agenda de medidas para o ano: estabelecer um limite para o crescimento das despesas correntes e de pessoal do governo; desvincular parte da arrecadação tributária; simplificar o sistema tributário; e adotar uma reforma da previdência, cuja proposta não chegou a ser apresentada ao público. Seu grande desafio era estabelecer uma estratégia de consolidação fiscal que, entre outras medidas, fosse capaz de reverter a tendência ascendente da despesa pública que comprometeria a capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas públicas no longo prazo. Em 2016, a intensificação da crise política praticamente paralisou as ações do governo, tornando impossível a adoção de qualquer agenda de política econômica até o impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República em abril e finalizado em agosto desse ano (PRATES; FRITZ e PAULA, 2017).

O governo Dilma ruiu por tentar inverter a tradicional equação distributiva no Brasil, tradicionalmente marcada pela “privatização dos ganhos e pela socialização das perdas”. Dada a aceleração da inflação, a queda das taxas de crescimento e da arrecadação bem como o agravamento da crise fiscal, a presidente sucumbiu às pressões sistemáticas advindas das “comunidades epistêmicas da austeridade”, que dizem respeito aos seguintes setores: grande imprensa corporativa, mídia monopolista, economistas ortodoxos, empresariado industrial e mercado financeiro (PINHO, 2016, 2017ab). O exemplo da capitulação da coalizão de centro-esquerda foi a tentativa desesperada (e subordinada) de se aproximar da coalizão financeira e não-produtiva, a partir da nomeação do economista ortodoxo Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, seguida do aumento das taxas de juros. Tudo isto resultou em paralisação da economia, aumento do desemprego, da informalidade e agravamento da recessão. A presidente foi acusada de “estelionato eleitoral” por executar o programa de governo da coalizão neoliberal (PSDB) derrotada nas eleições presidenciais de 2014, e perdeu a sua base eleitoral e social. Cabe mencionar o já danoso processo de desindustrialização porque passa o regime produtivo brasileiro, a perda de complexidade econômica e a reprimarização da pauta exportadora, na medida em que o país depende cada vez mais da exportação de

commodities (suco de laranja, soja, minério de ferro, etc.) em sua balança comercial (PINHO e MOURA, 2016).

O gasto com juros sobre a dívida pública passa de R\$ 46 bilhões em 2010, explode para R\$ 272 bilhões em 2014 – já com a política econômica controlada pelos banqueiros – e chega a astronômicos R\$ 514 bilhões em 2015 – já com políticas orientadas para desviar recursos públicos para intermediários financeiros. Os dados da tabela 1 mostram o equívoco do chamado “ajuste fiscal” do governo, permitindo entender, de forma clara, que não se tratou, de forma alguma, de um governo que gastou demais com as políticas públicas, e sim de um governo em que os recursos foram desviados das políticas públicas para satisfazer os interesses imediatistas do sistema financeiro. A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. No caso brasileiro, a partir de 2014, estes quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel crucial neste travamento. Por conta dos juros exorbitantes, 58,3 milhões de brasileiros entraram em 2017 com o nome sujo, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Portanto, 39% da população brasileira adulta está registrada em listas de inadimplentes, enfrentando dificuldades para realizar compras a prazo, fazer empréstimos, financiamentos ou contrair crédito (DOWBOR, 2017).

**Tabela 1. Resultado Nominal do Governo Central**

2010	2011	2012	2013	2014	2015
-45.785	-87.517	-61.181	-110.554	-271.541	-513.896
-1,2%	-2,0%	-1,3%	-2,1%	-4,8%	-8,7%

*Fontes:* Dowbor (2017, p. 235) com base em dados do Banco Central do Brasil, Resultado Fiscal do Governo Central.

O Brasil tem um PIB da ordem de 6 trilhões, o que significa que a cada vez que se drena 60 bilhões das atividades produtivas para a especulação, é 1% do PIB que se perde. Se o gasto com a dívida pública atinge 8,5% do PIB, como foi o caso em 2015, são cerca de R\$ 500 bilhões de nossos impostos transferidos essencialmente para os grupos financeiros<sup>5</sup>. Consequentemente se esteriliza parte muito significativa da capacidade do governo financiar infraestruturas e políticas sociais. A Selic elevada desestimula o investimento produtivo nas empresas pois é mais fácil ganhar com títulos da dívida pública. E para os bancos e outros intermediários financeiros é mais simples ganhar com a dívida do que fomentar a economia buscando bons projetos produtivos, o que exigiria identificar clientes e projetos, analisar e seguir as linhas de crédito, ou seja, usar as nossas poupanças para fomentar a economia. Os fortes lucros extraídos da economia real pela intermediação financeira terminam contaminando o conjunto dos agentes econômicos (DOWBOR, 2017). A dinâmica perversa da relação dívida/PIB não pode ser compreendida sem considerar os efeitos da política monetária no resultado fiscal. A Grécia detém uma dívida equivalente a 170% do seu PIB, mas despense 5% do seu PIB em juros, enquanto o Brasil paga quase 10% do PIB em juros com uma dívida inferior a

<sup>5</sup> Em 2014 as despesas com juros nominais foram de R\$ 311 bilhões. A taxa Selic iniciou 2014 em 10% e terminou o ano em 11,75%. De janeiro a dezembro de 2015 as despesas com juros nominais alcançaram os R\$ 501,8 bilhões. Neste mesmo ano, a taxa Selic foi elevada para 14,25% e a dívida bruta para R\$ 3,928 trilhões em dezembro. A relação dívida/PIB alcançou 66,5%, elevando-se em 9,3% do PIB em relação a dezembro de 2014, com o crescimento da dívida de 21% e do PIB nominal de 3,8%. Foi percebido, no período entre 2013 e 2015, uma elevação de 7 pontos na taxa Selic (de 7,25% para 14,25) e de 14,8% do PIB na dívida (51,7% para 66,5%) (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017).

70% do PIB. A história recente da evolução da dívida pública no Brasil demonstra o avesso da sabedoria convencional. Dizem os austeros que a taxa de juro é elevada por causa do estoque de dívida, mas o caso brasileiro parece afirmar que a dinâmica da dívida é perversa por causa da taxa de juro de agiota. Cabe salientar o desvio das receitas previstas para o financiamento da Seguridade Social, como a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e o PIS/PASEP (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). A Constituição de 1988 determina a elaboração de três orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social e o de Investimento das Estatais. Um dos principais usos dos recursos desviados da Seguridade Social é o pagamento de juros da dívida pública (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017).

Em termos políticos tal mecanismo perverso tornou-se explosivo, pois se inicialmente o sistema favorecia essencialmente os bancos, hoje com a abertura de aplicações no Tesouro Direto para qualquer poupador, gerou-se uma massa de empresários e pessoas de classe média que se acostumaram a ver o seu dinheiro render a partir da elevada taxa Selic. Quando o governo Dilma tentou baixar os juros que chegaram a 7,5% para uma inflação de 5% em 2013, a revolta foi geral, e iniciou-se uma articulação entre crise financeira e crise política, uma aprofundando a outra. O denominador comum é o fato dos grandes grupos financeiros se apropriarem das políticas públicas por meio do inchaço da dívida pública. É necessário mostrar que o Estado brasileiro é confiável para o sistema nacional e mundial de especulação financeira. Para a população, vende-se a ideia de que as políticas sociais geraram o déficit público e o travamento da economia (DOWBOR, 2017).

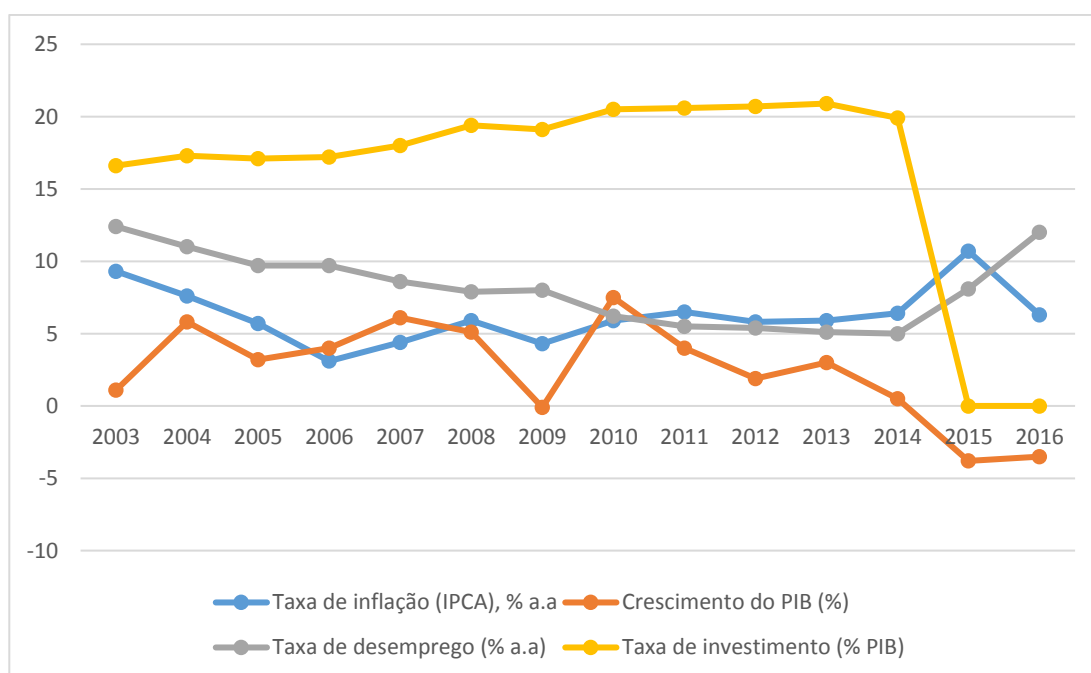
É essencial salientar que as pessoas de menor rendimento, os  $\frac{3}{4}$  do país, aplicam muito pouco em produtos financeiros, e mal conseguem fechar o mês, particularmente pelo endividamento que as enforca. E esta população necessita vitalmente dos investimentos públicos (saúde, habitação, saneamento básico, proteção social, infraestrutura). Quando os recursos que serviriam ao financiamento destes setores são desviados para quem tem importantes aplicações financeiras, ou seja, para os segmentos mais ricos do país, gera-se um aprofundamento das desigualdades, invertendo todos os esforços de 13 anos de ampliação de políticas sociais e de demanda popular. O Brasil volta assim para a economia “de base estreita”, e trava-se o objetivo histórico essencial de harmonizar o país pela elevação social das massas populares (DOWBOR, 2017).

Com relação ao combate à corrupção, a “politização da justiça” e a “judicialização da política” - que se manifestam no ativismo do Judiciário por meio de ações de espetacularização cinematográfica da Operação Lava-Jato, com o beneplácito de vasta cobertura midiática e jornalística -, vêm culminando no que Renato Boschi intitula de “justicialismo de exceção”. Para além de explicitar as relações patrimonialistas e incestuosas entre o Estado brasileiro, a burocracia governamental, os partidos políticos e as elites empresariais no âmbito da Petrobras, o fato é que a Operação Lava-Jato contribuiu para devastar a economia, aumentar o desemprego e agravar a recessão. Irresponsavelmente e sem parcimônia, tamanho protagonismo do Judiciário, do Ministério Público e das demais instituições de controle externo teve reverberações catastróficas nos setores produtivos de petróleo e gás, indústria naval, construção civil (empreiteiras de obras públicas) e paralisaram obras de infraestrutura, que são cruciais para propiciar a transição do modelo de consumo de massas para um padrão norteado pelo investimento. Há que se punir corruptos e corruptores, mas não safrificar o regime produtivo nacional e, sobretudo, dotar o empresariado de visão estratégica de modo a priorizar o interesse nacional. Este mesmo empresariado (oportunisticamente) privilegiou o investimento especulativo em títulos públicos mediante o aporte de R\$ 500 bilhões em

subsídios, incentivos e desonerações tributárias fornecidos pelo governo Dilma Rousseff, o que não alavancou o investimento, deteriorou as contas públicas, a capacidade fiscal do Estado brasileiro e a credibilidade do governo na gestão macroeconômica.

Concomitantemente às investidas da Lava-Jato, o que também corroeu a governabilidade e suscitou tanto a instabilidade política como a paralisia decisória foi a eleição do Congresso mais conservador e reacionário desde a redemocratização da República, em 1985. O PT perdeu amplo espaço no Congresso e envergadura partidária, aliado ao perfil insulado, centralizador e pouco afeito a negociações da chefe do Executivo. A mandatária foi traída por políticos de sua “base aliada” que conspiraram com setores da oposição (PSDB) para levar a efeito o impeachment. Ademais, a perda de popularidade de Dilma foi decorrência das manifestações de 2013 e 2015. As primeiras foram marcadas pela insatisfação com os aumentos nas tarifas nos transportes públicos e a precariedade dos serviços públicos, etc. Já as manifestações de 2015 levaram às ruas predominantemente setores das classes médias e altas com pautas como o impeachment de Dilma Rousseff, o combate à corrupção e a insatisfação com a *debacle* econômica.

**Gráfico 3. Brasil: Principais indicadores econômicos (em %)**



Fontes: PRATES; FRITZ e PAULA (2017), com base em dados do Banco Central do Brasil, IPEADATA e IBGE. \*Não havia dados disponíveis para a taxa de investimento referente aos anos de 2015 e 2016; daí a queda abrupta, conforme mostra o gráfico.

### 3. Corrosão da democracia representativa de massas, reformas regressivas e as externalidades sociais do ajuste fiscal de 2015 (em fase de continuação)

O governo de Michel Temer – vice-presidente na chapa Dilma/Temer nas eleições de 2014 – chegou ao poder por meio de um golpe parlamentar revestido de legalidade democrática. O argumento aventado pelo Judiciário para a justificativa do impeachment fora de que a presidente Dilma Rousseff cometeu improbidade administrativa ao violar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), qual seja, atrasos ao efetuar o repasse de recursos do Tesouro aos bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil),

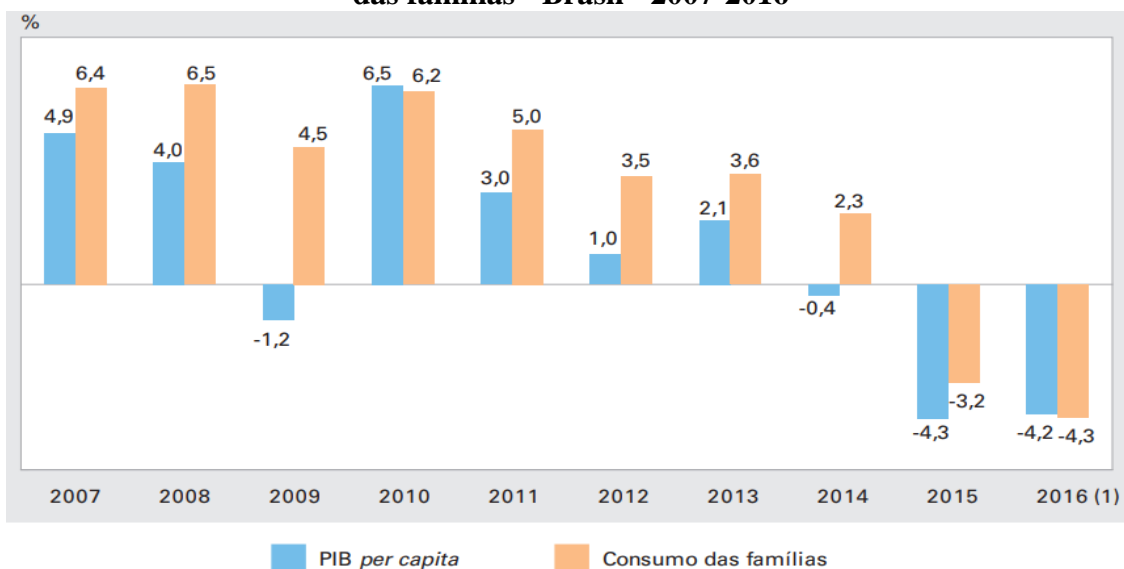
incumbidos de pagar os programas sociais, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Plano Safra, abono salarial e seguro-desemprego. Temer vem executando o programa de austeridade chamado *Uma Ponte Para o Futuro*, lançado em 29/10/2015, que antecedeu o seu rompimento oficial com Dilma Rousseff. Dentre as principais medidas, destacam-se, primeiramente, a Emenda Constitucional N. 95/2016 ou PEC (55/2016) do Teto de Gastos Públicos, que introduziu um teto para o crescimento das despesas primárias federais ao longo dos próximos 20 anos nas áreas de saúde e educação. Sobre esta medida e o conflito (re)distributivo que ela enseja no Brasil, o artigo de Cláudio Couto e Marcos Silva é elucidativo, pois mobilizam a pesquisa do cientista político norte-americano, Theodore Lowi, publicada em 1964 e que tornou-se uma referência fundamental para o estudo das políticas públicas (LOWI, 1964 apud COUTO e SILVA, 2017). Desta forma, o estabelecimento do teto implica restrições para elevar despesas obrigatórias e conceder reajustes aos servidores, abrir concursos públicos, criar ou expandir programas e conceder incentivos fiscais. Tendo em vista que as políticas redistributivas são aquelas que opõem mais fortemente distintos grupos sociais, pois lhes impõem ganhos e perdas claros, transferindo recursos de uns para outros, com a limitação total do gasto público, a obtenção de recursos adicionais e exclusivos perde sentido; o problema passa a ser de onde tirar (e de quem tirar) para que se possa alocar onde quer que seja – na saúde ou na remuneração das carreiras mais abastadas do funcionalismo público. Ou seja, o financiamento desses gastos passa a ter que ser resolvido na arena redistributiva, ensejando assim conflitos políticos muito mais agudos e, conseqüentemente, a explicitação dos interesses em disputa. O conflito redistributivo que estará posto nessa e noutras questões relacionadas tenderá a explicitar quem são os verdadeiros ganhadores e perdedores da disputa pelo orçamento público no Brasil. Eles não apenas terão de explicar ao público, mas se tornarão seus alvos (COUTO e SILVA, 2017). A segunda é a Reforma Trabalhista, introduzindo a primazia do negociado sobre o legislado, a terceirização irrestrita, a jornada intermitente, o parcelamento de férias e o fim do imposto sindical. A Reforma da Previdência aspira unificar as regras de acesso às aposentadorias, reduzindo o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais a patamares ínfimos.

Ao promover o aprofundamento do ajuste fiscal iniciado no governo Dilma e levar ao extremo as reformas de mercado dos anos 1990, o governo Temer caminha em sentido oposto à incorporação dos trabalhadores às instâncias decisórias estratégicas de formulação e implementação de políticas públicas; prima-se pela *desregulamentação* das relações laborais e da proteção social, pela precarização do trabalho e usurpação dos direitos sociais. Tudo isso levado a efeito sem nenhuma consulta e tampouco estabelecendo um sério debate público e transparente na sociedade brasileira. O que importa é aprovar as reformas com a maior celeridade possível. Eis o *autoritarismo despótico* de um governo parlamentar travestido de democrata, e cuja propaganda do pacote de reformas (sobretudo a previdenciária) opera na base do medo e do terrorismo perpetrado pelo mercado: “reformular hoje para garantir o amanhã”. Nesse sentido, sugere-se que a estrutura corporativa, como a mais durável e estável das instituições republicanas (BOSCHI e DINIZ, 1991; BOSCHI, 2006, 2014; BOSCHI e LIMA, 2002) não parece vigorar no governo Temer, tendo vista o golpe de morte desferido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/1943), que fora retalhada e dilacerada em nome de uma suposta “modernização das relações trabalhistas” e da inserção (subordinada) do Brasil na competitividade global. O fato é que o legado do corporativismo estatal sobreviveu aos anos 1990, quando da implementação das reformas neoliberais. A questão que emerge, todavia, é se ele será factível diante da intensificação das políticas de austeridade - que vêm instituindo uma *variedade de capitalismo radicalmente liberalizante e*

*desregulamentada* - bem como da acentuação do divórcio entre o mercado financeiro e a democracia política enquanto democracia representativa de massas e “das massas” populares. Estas, por seu turno, na última década, se valeram do voto e do sufrágio universal como instrumentos de melhoria de suas condições sociais de existência; direitos políticos esses que lhes foram arbitrariamente furtados pelo golpe parlamentar em curso.

No biênio 2015-2016, fatores econômicos, como o aumento do endividamento e a redução dos investimentos, associados à crise política, que gerou incertezas e inibiu as decisões de gastos dos agentes econômicos, trouxeram significativos impactos negativos tanto para o produto quanto para o consumo. No acumulado em dois anos, o PIB per capita e o consumo das famílias decresceram 8,4% e 7,4%, respectivamente, sendo estas as maiores quedas de ambos os indicadores na série histórica do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Brasil. As principais quedas no consumo das famílias ocorreram em produtos como automóveis, comércio e reparação de veículos, e eletrodomésticos, o que denota também o esgotamento das políticas de estímulo à demanda colocadas em prática nos anos anteriores (IBGE, 2017b).

**Gráfico 4. Variação em volume do Produto Interno Bruto per capita e do consumo das famílias - Brasil - 2007-2016**



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2007-2016.

(1) Os dados de 2016 são provenientes do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais 2016.

No ano em que o governo promoveu queda real de 1% em suas despesas, programas vistos como “carros-chefes” dos governos anteriores registraram recuo de dois dígitos nos desembolsos e estão entre os maiores alvos de cortes. Os números evidenciam a mudança na direção da política econômica, em especial a fiscal, em ano marcado por restrições orçamentárias. Dentre as rubricas com queda mais intensa, está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O pacote de investimentos criado ainda no governo de Lula da Silva registrou queda de 32,2% nos gastos em 2017 - ou R\$ 14,2 bilhões. Nessa rubrica estão também as despesas relativas ao Minha Casa, Minha Vida. O programa habitacional lançado na era petista teve redução de 56,1% no ano, ou R\$ 4,7 bilhões. No total, os dispêndios com esses dois itens ajudaram a derrubar o investimento



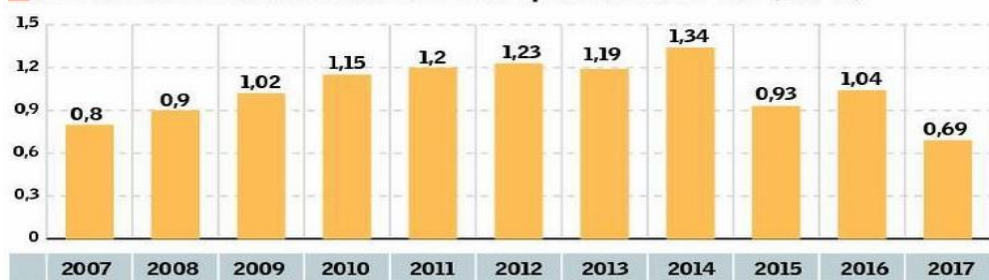
público para 0,69% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa o menor patamar em ao menos 11 anos (VALOR ECONÔMICO, 02/02/2018).

Os demais itens que perderam espaço no Orçamento refletem decisões de corte tomadas ainda no segundo governo Dilma Rousseff, que já passava por uma crise fiscal. É o caso do item subsídios e subvenções, que teve recuo de 23,3%. Outra política de destaque no governo Dilma, mas que começou a ser desmontada já no seu segundo mandato devido ao ajuste fiscal, foi a desoneração da folha de pagamentos. As despesas nesse grupo caíram 23,9% em 2017. O governo pretende reduzir mais essa conta, pois enviou no ano passado um projeto de lei que praticamente extingue o programa, deixando apenas alguns setores de fora. Outro exemplo de corte em programas petistas é o promovido no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e ampliado durante os governos Lula e Dilma. Destinada a financiar a graduação na educação superior, a política teve corte de 14,27% nas despesas - ou R\$ 1 bilhão. O corte total nesse grupo de despesas (PAC, Minha Casa, Minha Vida, subsídios e Fies) foi de 30,3% em relação a 2016. O valor da redução é de R\$ 25,6 bilhões, superior a todo o aumento de R\$ 17,7 bilhões da despesa com pessoal, a segunda maior fonte de gastos federais verificado no ano passado. O montante cortado também é próximo aos R\$ 32,6 bilhões pagos a mais nos benefícios previdenciários (VALOR ECONÔMICO, 02/02/2018).

**Gráfico 5. Cortes: despesa total do governo em itens selecionados - R\$ milhões\***

	2016	2017	Varição (%)	
Despesa total	1.309.576,9	1.296.283,6	-1,02	↘
Itens selecionados	84.494,8	58.841,9	-30,36	↘
PAC	44.045,4	29.883,7	-32,15	↘
Minha Casa Minha Vida	8.325,7	3.652,8	-56,13	↘
Subsídios, Subvenções e Proagro	24.783,9	19.020,1	-23,26	↘
Fies	7.339,8	6.285,4	-14,37	↘

**Desembolsos com investimentos como percentual do PIB (em %)\***



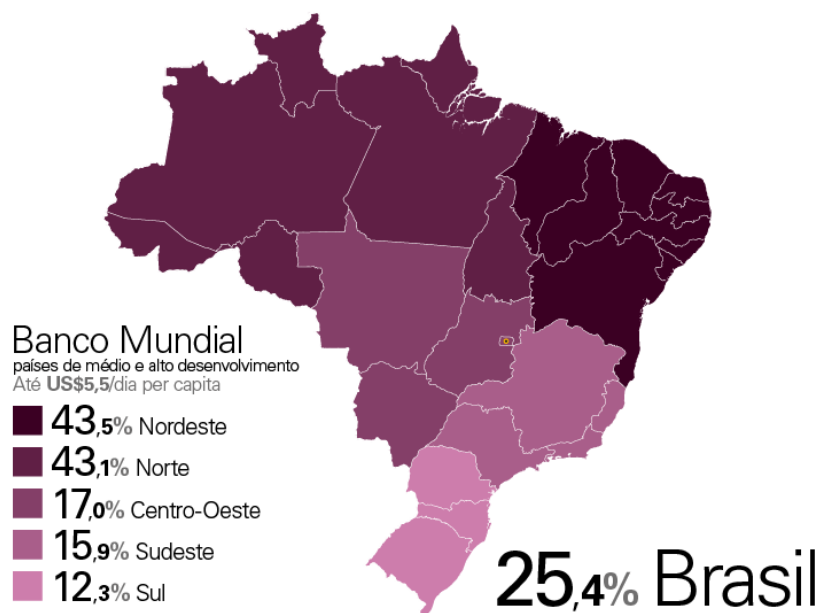
Fonte: Valor Econômico (02/02/2018) com base em dados do Tesouro Nacional. \*Valores de dezembro de 2017.

Os dados empíricos mobilizados abaixo mostram as reverberações sociais do aprofundamento do ajuste fiscal no quadro recessivo. O número de famílias brasileiras extremamente pobres que não recebem nenhum tipo de assistência social aumentou em 2016, chegando a um total de 7 milhões de pessoas. A tendência preocupa a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e coloca o Brasil em sério risco de voltar a integrar o Mapa da Fome mundial, estudo que monitora os níveis de desnutrição em países em todo o mundo. Nos cálculos da organização, cerca de 2 milhões de famílias brasileiras sobreviviam em 2016 com menos de R\$ 133,72 mensais por pessoa, mas não estavam entre os beneficiários do Bolsa Família e nem do Benefício de

Prestação Continuada (BPC) naquele mesmo ano. O dado mais alarmante, na visão da FAO, é o aumento na porcentagem destas famílias extremamente pobres e sem assistência social, que subiu de 2,9% no primeiro trimestre de 2016 para 3,3% no quarto trimestre de 2016 (VALOR ECONÔMICO, 18/12/2017a). Segundo o IBGE, 25,4% da população vivia em situação de pobreza em 2016, de acordo com o critério adotado pelo Banco Mundial, que considera pobre quem ganha menos do que US\$ 5,5 por dia nos países em desenvolvimento. Esse valor equivale a uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 387 por mês, ao considerar a conversão pela paridade de poder de compra. A situação é mais grave entre os 7,4 milhões de moradores de domicílios onde vivem mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos. Desses, 64,0% estavam abaixo dessa faixa de renda (IBGE, 2017a). A Síntese de Indicadores Sociais (SIS 2017) apresentou uma análise de pobreza multidimensional, que mede o acesso da população a bens e a serviços que estão relacionados aos direitos sociais. Do total da população, 64,9% tinham restrição de acesso a pelo menos um dos direitos analisados - à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à internet. Novamente, os moradores de domicílios compostos por mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos são o grupo mais vulnerável (81,3%) (IBGE, 2017b).

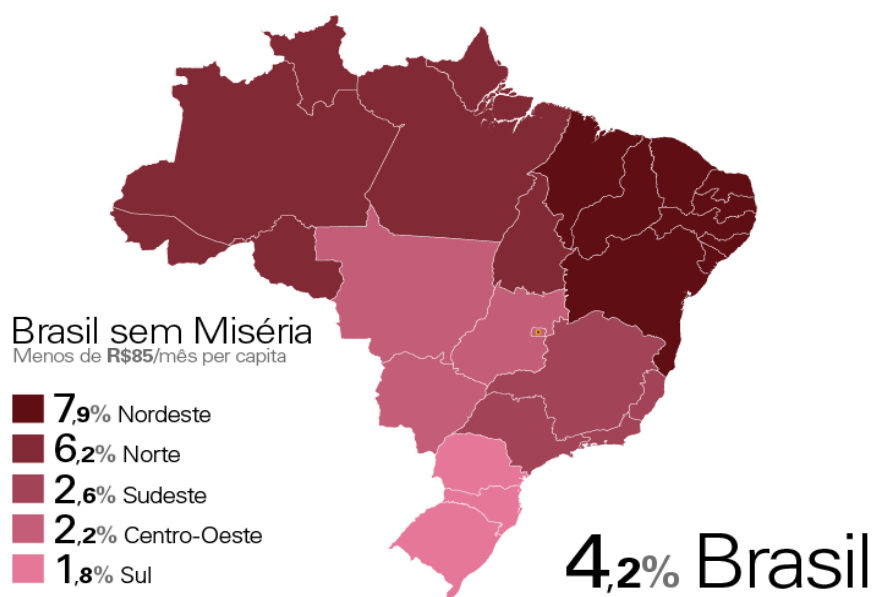
Quem mais sofreu com o aumento da pobreza foram as crianças e os adolescentes. Dos 42,2 milhões de pessoas de zero a 14 anos de idade, metade vivia em situação de pobreza no país em 2016, segundo dados do IBGE. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, a longa crise enfrentada pelo país fez o número de pessoas de 16 a 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam crescer rapidamente nos últimos dois anos, chegando a 25,8% da população dessa faixa etária em 2016, ou 11,6 milhões de pessoas. Desse total, 61,6% nem sequer procuravam trabalho, em parte porque não acreditavam que iriam encontrar (VALOR ECONÔMICO, 18/12/2017b).

**Mapa 1. População em situação de pobreza (2016)**



Fonte: IBGE

**Mapa 2. População em situação de pobreza extrema (2016)**



Fonte: IBGE

De acordo com levantamento do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), pouco mais de 9 milhões de brasileiros foram empurrados para baixo da linha de pobreza em 2015 e 2016, reflexo da deterioração do emprego e da renda. Desses, algo como 5,4 milhões tornaram-se extremamente pobres (ou miseráveis). O retrato foi traçado a partir do cruzamento de dados da “Síntese de Indicadores Sociais”, com a série histórica disponível da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). As linhas de cortes foram as usadas pelo Banco Mundial e pelo IBGE: US\$ 1,90 per capita por dia (R\$ 133,72 mensais) para extrema pobreza e US\$ 5,50 por dia (R\$ 387,07 mensais) para a pobreza moderada. Conforme divulgou o IBGE, 52,2 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza em 2016, ou 25,4% da população. No caso da pobreza extrema, eram 13,35 milhões de pessoas, 6,5% da população. Ao divulgar esses números, porém, o IBGE não apresentou comparativos de anos anteriores, devido a uma mudança no questionário da pesquisa no fim de 2015. Contudo, o Iets cruzou as linhas de cortes e criou uma série comparável, embora frise diferenças metodológicas. Segundo Samuel Franco, pesquisador do Iets e responsável pelos cálculos, cerca de 40 milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza moderada de 2004 a 2014 e nem a crise financeira de 2008 foi capaz de interromper esse processo. Todavia, de 2014 para 2015 o retrocesso se materializou, pois a crise começou a afetar a renda, a provocar desemprego e a gerar informalidade. A perda de empregos na construção civil, por exemplo, afetou muitos trabalhadores (VALOR ECONÔMICO, 18/12/2017b).

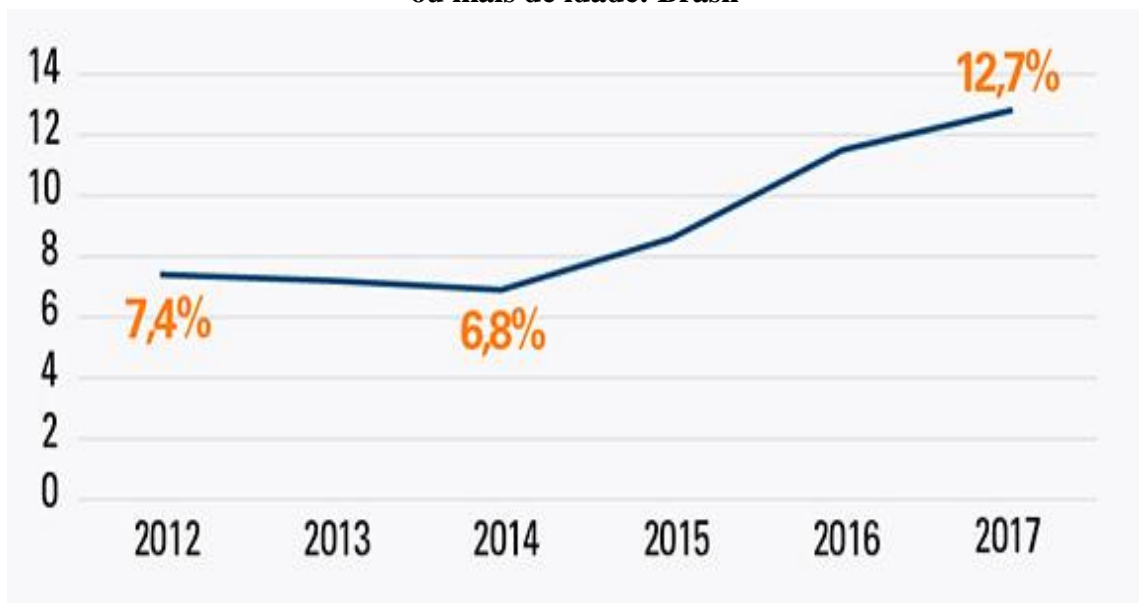
## Gráfico 6. Pobreza crescente - o impacto da deterioração do emprego e renda em 2015 e 2016



Fonte: Valor Econômico (18/12/2017b) com base em dados de Samuel Franco/Iets.

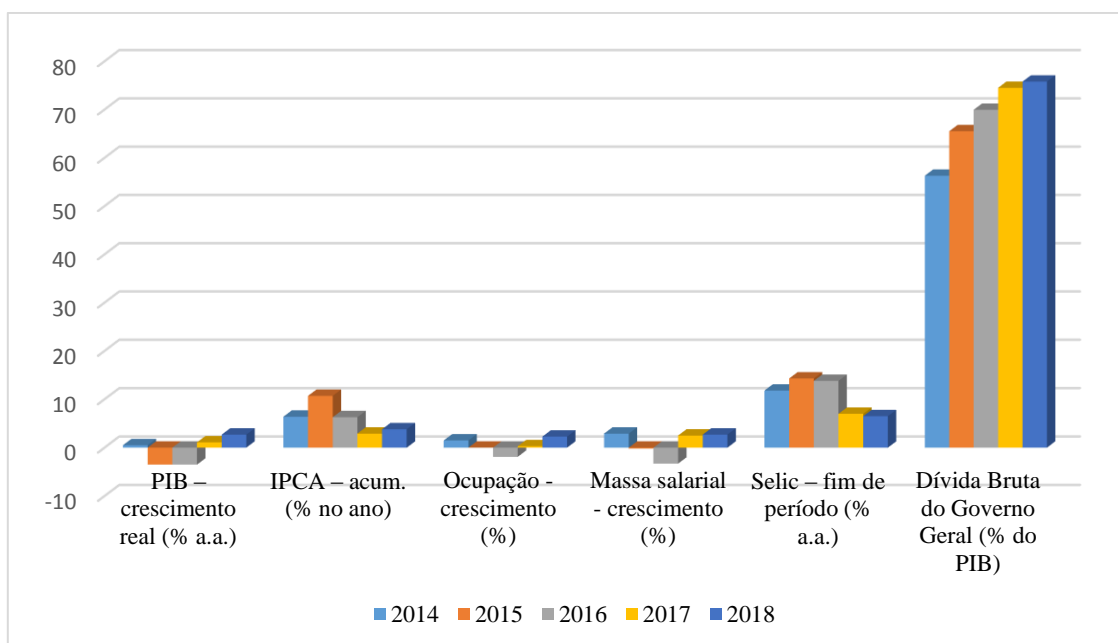
A despeito da alardeada retórica do governo parlamentar acerca da queda da inflação, da diminuição da taxa de juros e da retomada econômica, cujas projeções para o PIB de 2017 e de 2018 foram revisadas para 1,1% e 2,7% (gráfico 8) (INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE, 2018), em dezembro, o setor de serviços subiu 1,3% e acumulou queda de 2,8% em 2017 (IBGE, 16/02/2018). No que concerne ao emprego, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostra que, apesar da queda na taxa de desocupação entre o 3º e o 4º trimestre, de 12,4% para 11,8%, 2017 foi o pior ano para o mercado de trabalho no país desde 2012. Com uma taxa média de 12,7%, o desemprego atingiu o maior nível da série histórica. Em relação a 2014, quando a taxa média de desocupação atingiu o menor patamar (6,8%), a diferença foi de 5,9 p.p. De 2014 para 2017, foram quase 6,5 milhões de desempregados a mais, um crescimento de 96,2%, chegando a 13,2 milhões de pessoas. O número de trabalhadores com carteira assinada, que já chegou a 36,6 milhões em 2014, agora ficou em 33,3 milhões. Em três anos, o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalho formais. Já em relação a 2016, a queda no número de trabalhadores com carteira foi de quase um milhão de pessoas. Grupamentos de atividades expressivos, como agricultura, indústria e construção, foram os que mais perderam trabalhadores. Nesses 3 anos, a queda na agricultura foi de 10,4%, na indústria, -11,5%, e na construção, -12,3%. Parte desses postos foram compensados em grupamentos que têm um processo de inserção mais voltado para a informalidade, como comércio, outros serviços e alojamento e alimentação (IBGE, 31/01/2018).

**Gráfico 7. PNAD-C - Média anual da taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade: Brasil**



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE

**Gráfico 8. Projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) – 2014/2018**



Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI): Relatório de Acompanhamento Fiscal - Janeiro de 2018.

Em pesquisa<sup>6</sup> divulgada no início de 2018 junto ao eleitorado das classes C e D, mostrou-se que um eventual candidato apoiado pelo presidente Michel Temer não terá

<sup>6</sup> Pesquisa qualitativa é uma técnica muito usada para captar motivações subjetivas de eleitores. Em campanha, políticos e publicitários costumam usar esse tipo de fermenta para orientar rumos da propaganda eleitoral. O estudo não tem valor estatístico. Seus resultados não podem ser projetados para toda a população. Mas dão pistas sobre os sentimentos do eleitorado pesquisado e sobre os argumentos usados

chances de ser eleito. A imagem do emedebista nesse público é associada a um conjunto grande e variado de valores negativos. Não há nenhuma conexão com qualquer aspecto que poderia ser considerado positivo. A pesquisa também identificou forte sentimento de descrença e distanciamento em relação à política. A refutação a Temer foi unânime. Segundo a pesquisa, ele é percebido nas classes C e D como um político “fraco, egoísta, corrupto, sujo e tomador de medidas impopulares”. Para esse público, que representa 48% do eleitorado e que, portanto, tende a ser decisivo no pleito presidencial, seu governo está voltado para os mais ricos. O relatório dos chamados grupos focais destaca os dez principais valores associados a Temer. Todos são depreciativos. Um mandatário com falta de credibilidade, inseguro, esnobe, sem carisma, egoísta, cínico, irritante, antiético, manipulador e desonesto. Há uma combinação de características que atenta contra Temer na visão dos eleitores pesquisados. A primeira tem relação com a forma como ele chegou à Presidência, alçado ao posto só por ser vice de Dilma Rousseff, afastada em 2016. Ademais, a ideia de corrupção é considerável, em especial as histórias da JBS e dos R\$ 50 milhões atribuídos ao [ex-ministro] Geddel [Vieira Lima]. E em terceiro, a deficiência de comunicação dele e do governo, que não consegue traduzir ganhos no dia a dia da população (VALOR ECONÔMICO, 03/01/2018).

Além da repugnância à figura de Michel Temer, um dos aspectos que mais chamou a atenção na pesquisa qualitativa da *Ideia Big Data* foi um clima geral de descrença e desconhecimento. O relatório do estudo destaca sentimentos de incerteza, instabilidade, insegurança, desorientação e falta de horizonte. Desemprego ou precarização do trabalho são as principais explicações para a percepção generalizada de que a vida está pior ou igual na comparação com o ano anterior. As poucas expectativas de melhoria estão mais ligadas às perspectivas pessoais/internas, diz o documento. Há sentimento negativo generalizado em relação às reformas tocadas pela administração Temer, embora esses mesmos eleitores tenham demonstrado pouco ou nenhum conhecimento sobre cada projeto. É consolidada a imagem segundo a qual *uma elite dirigente do país evita a todo custo abrir mão de regalias*. Reforma trabalhista é uma expressão mais familiar, mas também há desconhecimento sobre o seu conteúdo. Mas majoritário é o entendimento de que, seja o que for, as mudanças irão resultar em perda de direitos para os trabalhadores (VALOR ECONÔMICO, 03/01/2018).

#### **4. Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa foi mostrar como o Brasil vem, desde 2014, passando de uma *variedade de capitalismo coordenada, democratizante e regulada pelo Estado* para uma *variedade de capitalismo liberal, antidemocrática e desregulamentada* ao extremo. O governo Dilma Rousseff sucumbiu às pressões do mercado financeiro e deu início a um ajuste fiscal que vem sendo radicalizado pelo governo Michel Temer, que ascendeu ao poder a partir de um golpe parlamentar que ignora a soberania popular e tampouco faz questão de trazer a sociedade para a arena decisória de políticas públicas, já que prioriza a austeridade fiscal. Os resultados desta pesquisa mostram que, no quadro

---

para justificar certas posições. Nesse tipo de estudo, um grupo pequeno de eleitores é recrutado para um bate-papo conduzido por um profissional treinado. Os participantes (oito por rodada) recebem uma gratificação em dinheiro, lanche e refrigerante. Durante 90 minutos, debatem em torno de uma mesa sobre temas colocados pelo mediador. Em São Paulo e no Recife, as mesas reuniram homens e mulheres das classes C e D, de 30 a 50 anos, habitantes de áreas periféricas. O estudo foi realizado nos dias 8 e 15 de dezembro de 2017 pela empresa especializada *Ideia Big Data* por encomenda do jornal Valor Econômico (VALOR ECONÔMICO, 03/01/2018).



da maior crise fiscal do Estado brasileiro contemporâneo, o aprofundamento das políticas pró-mercado vêm dissolvendo a herança do corporativismo estatal de regulação das relações capital/trabalho, assim como desarticulando o arcabouço institucional da proteção social, aumentando a pobreza extrema, o desemprego e a informalidade. Eis, portanto, a célere reversão do legado de incorporação social e do mercado interno de consumo de massas, típico dos anos 2000. Delineia-se, portanto, a acentuação da blindagem dos interesses do capitalismo financeiro em face da democracia enquanto democracia representativa de massas.

### Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Perry. (2016), “A crise no Brasil (parte 1)”, Esquerda. Net, 23/04/2016. Disponível em: <http://www.esquerda.net/printpdf/42445>. Acesso em: 13/10/2017.

ARAÚJO, Victor e FLORES, Paulo. (2017). “Redistribuição de Renda, Pobreza e Desigualdade Territorial no Brasil”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, no. 63. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782017000300159&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000300159&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 18/02/2018.

ARRETCHE, Marta. (2018), “Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, Vol. 33, N. 96.

BANCO MUNDIAL. (2017), *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, Volume I: Síntese, Novembro. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>. Acesso em: 02/01/2018.

BARBOSA, Nelson. (2010), “Latin America: counter-cyclical policy in Brazil: 2008-09”. *Journal of Globalization and Development*. vol. 1, n. 1, p. 1-12.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (2017), “Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, contradição e Ideologia”, *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial: p. 1-63. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 25/12/2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (2012), “A Economia Política do Novo-Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo”, *Economia e Sociedade*, v. 21, número especial, dez. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400004). Acesso em: 01/01/2018.

BECKER, Uwe. (2007). Open systemmess, contested reference frames and change. *Socio-Economic Review*, v. 5, p. 261-286.

BECKER, Uwe. (2009). *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga e GALÍPOLO, Gabriel. (2017), *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente.

BLYTH, Mark. (2017), *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária.

BOSCHI, Renato. (2006), “Setor privado, reestruturação econômica e democratização na América Latina”, in José Maurício Domingues e Maria Maneiro, (Orgs.), *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BOSCHI, Renato. (2011). Instituições, Trajetórias e Desenvolvimento: Uma Discussão a Partir da América Latina In: Boschi, Renato R.(org). *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

BOSCHI, Renato Raul. (2010), “Corporativismo societal: a democratização do Estado e as bases social-democratas do capitalismo brasileiro”. *Insight Inteligência*. Disponível em: <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/48.pdf>. Acesso em: 02/01/2018.

BOSCHI, Renato. (2014), “Politics and trajectory in Brazilian capitalist development”. In: BECKER, Uwe (Ed.). *The Brics and Emerging Economies in Comparative Perspective: Political Economy, Liberalization and Institutional Change*. London: Routledge. pp. 123-143.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. (2012), “Politics and Development: Lessons from Latin America”. In.: BOSCHI, Renato; SANTANA, Carlos (Eds.). *Development and Semi-Periphery: Post-Neoliberal Trajectories in South America and Central Eastern Europe*. London: Anthem Press. pp.45-63.

BOSCHI, Renato. e DINIZ, Eli. (1991). “O Corporativismo na construção do espaço público”. In Renato R. Boschi (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,: IUPERJ.

BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flavio. (2013), “Neodesenvolvimentismo”. In Anete Brito Leal Ivo (Coord.), *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: FABESP (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flavio. (2008a). “Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile”. In LIMA, Maria Regina. S. de. (Org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.

BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flávio. (2008b). “Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina”. *Caderno CRH*, vol. 21, n. 53, p. 303-319. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a08v21n53.pdf>. Acesso em: 15/06/2013.



BOSCHI, Renato R. e LIMA, Maria R. S. de. (2002). “O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório”. In Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ. (pp.195-253)

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - (CEPAL). (2018), “A pobreza aumentou em 2016 na América Latina e alcançou 30,7% de sua população, porcentagem que se manterá estável em 2017”. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-aumentou-2016-america-latina-alcancou-307-sua-populacao-porcentagem-que-se>. Acesso em: 19/02/2018.

COSTA, Fernando N. da. (2016). “Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo”. In: DINIZ, Eli e GAITÁN, Flavio. (Orgs.). *Repensando o Desenvolvimentismo: Estado, Instituições e a construção de uma nova agenda de desenvolvimento para o século XXI*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec Editora-INCT/PPED.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. (2013), “Uma nova estratégia de desenvolvimento?” In Luiz Carlos Bresser-Pereira (Org.). *O que esperar do Brasil?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

DOWBOR, Ladislau. (2017), *A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária.

FLEURY, Sonia. (2008), “Seguridade Social: um novo patamar civilizatório”. In: DANTAS, B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. Ponce de Leo. (Orgs.), *A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã*. (Org.). 1ªed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, v. V, p. 178-212.

FLEURY, Sonia. (2014), “Building Democracy in an Emerging Society Challenges of the Welfare State in Brazil”. In: PIETERSE, Jan Nederveen; CARDOSO, Adalberto (Ed.). *Brazil Emerging: Inequality and Emancipation*. Nova York: Routledge, p. 11-31.

FLEURY, Sonia e PINHO, Carlos E. S. (2018), “Authoritarian Governments and the Corrosion of the Social Protection Network in Brazil”, *Revista Katálysis*, Vol. 21, Nº 1, p. 29-42, jan./abr., ISSN 1982-0259 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p14/35931>. Acesso em: 17/02/2018.

HALL, Peter e SOSKICE, David. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE – IFI. (2018), *RAF – Relatório de Acompanhamento Fiscal*, Nº 13, Fevereiro. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538087/RAF\\_13\\_2018.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538087/RAF_13_2018.pdf). Acesso em: 17/02/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2018), *Desemprego recua em dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012*, 31/01/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012.html>. Acesso em: 17/02/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2018), *Em dezembro, setor de serviços sobe 1,3% e acumula queda de 2,8% em 2017*, 16/02/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20056-em-dezembro-setor-de-servicos-sobe-1-3-e-acumula-queda-de-2-8-em-2017.html>. Acesso em: 1/02/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2017a), *Um quarto da população vive com menos de R\$387 por mês*, 15/12/2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes.html>. Acesso em: 21/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2017b), *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 30/12/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. (2014), “Mudanças nos Principais Indicadores do Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise com base nas PNADs de 2001 a 2013”, *Nota Técnica*, Nº 19, Outubro. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/141029\\_nt\\_disoc\\_19.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/141029_nt_disoc_19.pdf). Acesso em: 31/12/2017.

LANZARA, Arnaldo e CANTU, Rodrigo. (2016), “Dilemas e desafios do Estado Social Brasileiro no Século XXI”. In: DINIZ, Eli e GAITÁN, Flavio. (Orgs.). *Repensando o Desenvolvimentismo: Estado, Instituições e a construção de uma nova agenda de desenvolvimento para o século XXI*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec Editora-INCT/PPED.

LOWI, Theodore. (1964), “American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory”, *World Politics*, Vol. 16, No. 4, Jul.

MANTEGA, Guido. (2012), “O primeiro ano da nova matriz econômica”, *Valor Econômico*, 19/12/2012.

NETO, Octávio A. and SANTOS, Fabiano. (2013), “The Political Foundations of Brazil’s Social Democratic Experience (1985-2010)”. *Paper prepared for presentation at the XXXI International Congress of the Latin American Studies Association*, May 29-June 1, 2013, Washington DC, USA.

PAULA, Luiz Fernando de; MODENESI, André. M.; PIRES, Manoel. C. (2015), The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil: a case of (Keynesian) policy coordination? *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 37, n. 3, p. 408-435.

PINHO, Carlos E. S. (2016), *Planejamento Governamental no Brasil: Trajetória Institucional, Autoritarismo e Democracia em Perspectiva Comparada (1930-2016)*. 440f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PINHO, Carlos E. S. (2017a), “Planejamento Governamental no novo-desenvolvimentismo democrático: auge e deterioração das capacidades estatais (2003-2016)”, *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, julho/dezembro, p. 331 a 368. ISSN 2358-4556. <http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5a2a910d47e8b.pdf>. Acesso em: 31/12/2017.

PINHO, Carlos. E. S. (2017b), “A Crise Fiscal e os Desafios do Bem-Estar Social no Brasil”. *Trabalho apresentado no II Seminário do Núcleo de Políticas Públicas: Análise e Avaliação (NUPPAA) – Pensando e Repensando Políticas Públicas*, 03 e 04/10/2017. GT 1 - Políticas Sociais e Direitos Humanos. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED). Colégio Brasileiro de altos Estudos/UFRJ.

PINHO, Carlos. E. S. (2012). “O Planejamento Estratégico e Social-Democrata do Brasil para o Desenvolvimento: alternativas políticas à crise financeira sistêmica do século XXI”. *Revista Debates Latinoamericanos*, Ano. 10, n. 20, Outubro, p. 76-110. Disponível em: <http://revista.rlcu.org.ar/numeros/10-20-October-2012/documentos/Pinho.pdf>. Acesso em: 02/01/2017.

PINHO, Carlos E. S. (2015), *As metamorfoses da crise econômica: ascensão e declínio da variedade de capitalismo de Estado e do (novo) desenvolvimentismo no Brasil (2008-2015)*. *Paper apresentado no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, 26 a 30/10/2015. GT 12 - Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo, p. 1-34. 2015a.: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/gt/gt12>

PINHO, Carlos E. S. e MOURA, Rafael. (2016), “O Brasil nos Contextos Internacional e Doméstico: crises e resiliência do neoliberalismo (2003-2015)”. *Revista Brasileira de Administração Política*. Volume 9, N.2. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/24551/15043>. Acesso em: 02/01/2018.

POLANYI, Karl. (2000), *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

PRATES, Daniela M., FRITZ, Barbara e PAULA, Luiz Fernando de. (2017), “Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT”, *Cadernos do Desenvolvimento*, Vol. 12, Nº 21, p. 187-215, jul-dez. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/61>. Acesso em: 17/02/2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2017), *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

SILVA, Marcos Fernandes G. da e COUTO, Cláudio Gonçalves. (2017), “A economia e a política do conflito distributivo”, *JOTA*, 20/12/2017. Disponível em: <https://www.jota.info/colunas/cepesp/economia-e-politica-do-conflito-distributivo-20122017>. Acesso em: 21/12/2017.

STREECK, Wolfgang. (2013), *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Actual.

VALOR ECONÔMICO. (2012), “Transição para a nova política econômica afetou PIB, diz Holland”, 17/12/2012.

VALOR ECONÔMICO. (2016), Empresários explicam por que defendem saída de Dilma, 15/04/2016.

VALOR ECONÔMICO. (2017a), País tem 7 milhões de pobres sem assistência social, diz FAO, 18/12/2017.

VALOR ECONÔMICO. (2017b), Biênio de recessão levou 9 milhões à pobreza, 18/12/2017.

VALOR ECONÔMICO. (2018), Programas da era petista foram os mais afetados pelos cortes, 02/02/2018.

VALOR ECONÔMICO. (2018), Candidato de Temer não vinga nas classes C e D, sugere pesquisa, 03/01/2018.